Assinado com Assinatura Digital
Qualificada por:
CRISTINA ISABEL SIMÃO
MENDES
Município de Olhão
Para efeitos de contratação publica
Data: 04-03-2022 11:16:24

Concurso Público

N.º 9/22

(2021/300.10.005/614)

Locação Financeira (Leasing) para a Aquisição de um Veículo Especial para Combate a Incêndios

CADERNO DE ENCARGOS

Fevereiro de 2022

Índice

Capítulo I - DISPOSIÇÕES GERAIS....3
Cláusula 1.ª – Objeto....3
Cláusula 2.ª – Local, prazo e modo da prestação....3
Cláusula 3.ª – Contrato....3
Capítulo II –OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS....3
Cláusula 4.ª – Obrigações do adjudicatário....3
Cláusula 5.ª – Dever de sigilo e confidencialidade e proteção de dados pessoais....4
Cláusula 6.ª – Gestor de contrato....4
Cláusula 7.ª – Seguros....4
Cláusula 8.ª – Preço contratual....5
Cláusula 9.ª – Adiantamentos....5
No presente procedimento não é admitido o pagamento de adiantamentos....5
Cláusula 10.ª – Condições de pagamento....5
Cláusula 11.ª – Direitos e obrigações da entidade adjudicante....5
Capítulo III – DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES....5
Cláusula 12.ª – Penalidades contratuais....5
Cláusula 13.ª – Força maior....6
Cláusula 14.ª – Extinção e Resolução do contrato....6
Cláusula 15.ª – Foro competente....6
Cláusula 16.ª – Subcontratação e cessão da posição contratual....7
Cláusula 17.ª – Comunicações e notificações....7
Cláusula 18.ª – Contagem dos prazos....7
Cláusula 19.ª – Legislação aplicável....7
Capítulo IV – DISPOSIÇÕES TÉCNICAS....7
Cláusula 20.ª – Objeto do financiamento....7
Cláusula 20.ª – Especificações Técnicas do financiamento....7
Cláusula 21.ª – Preço base....8
ANEXO I....9
Resumo da Proposta de aquisição do veículo....9
Anexo II....10
Memória técnica da plataforma escada....10

Capítulo I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª – Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento prévio que tem por objeto uma operação de financiamento por locação financeira (Leasing) para a aquisição de um veículo especial para combate a incêndios, a incorporar na frota do Município de Olhão afeta ao Gabinete de Bombeiros e Proteção Civil, de acordo com as especificações técnicas constantes do capítulo IV do presente caderno de encargos.

Cláusula 2.ª – Local, prazo e modo da prestação

1. O contrato de locação financeira a celebrar entra em vigor com a entrega do veículo, a qual só poderá ocorrer após o visto do presente contrato pelo Tribunal de Contas.
2. O contrato mantém-se em vigor pelo período de sessenta (60) meses, ou seja até ao termo do pagamento da última mensalidade e do valor residual, cessando o mesmo automaticamente no fim do prazo sem necessidade de denúncia, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 3.ª – Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos e integra ainda os seguintes elementos:
   a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo/s concorrente/s, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
   b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
   c) O presente caderno de encargos;
   d) A proposta adjudicada;
   e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo/a adjudicatário/a.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
3. Caso se verifique uma das situações descritas no n.º 1 do art.º 95 do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro., na redação atual, fica dispensada a redução do contrato a escrito.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros salvo quanto aos ajustamentos propostos, conforme disposto no art.º 99 do CCP, e aceites pelo/a adjudicatário/a nos termos do art.º 101 do mesmo Código.

Capítulo II –OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Cláusula 4.ª – Obrigações do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
   a) Financiar a aquisição do veículo conforme especificações técnicas definidas neste caderno de encargos e demais documentos contratuais;
   b) Não alterar as condições de financiamento fora dos casos previstos no Caderno de Encargos;
   c) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que é prestado o financiamento, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;

d) Garantir durante a vigência do contrato o cumprimento do disposto no Capítulo IV - Disposições Técnicas do Caderno de Encargos.

2. O adjudicatário é também responsável, perante a entidade adjudicante, pelos atos praticados por todas as pessoas que no âmbito do contrato a celebrar, exerçam funções por sua conta, considerando-se para esse efeito como órgãos ou agentes do próprio prestador de serviços.

Cláusula 5.ª – Dever de sigilo e confidencialidade e proteção de dados pessoais

1. O adjudicatário está vinculado ao dever de sigilo, termos em que garante o seu sigilo e o do pessoal a seu cargo relativamente a informações ou documentação, técnica, financeira ou outra, relativa ao Município de Olhão, de que venha a ter conhecimento em função do contrato, dever este que perdura além do prazo estipulado para a presente prestação.
2. A informação e documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo/a adjudicatário/a ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo legalmente estipulado a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
5. O adjudicatário fica, expressamente, vinculado ao dever de confidencialidade e não utilização de quaisquer dados pessoais a que tenha acesso, salvo para efeitos da estrita execução do contrato, nos termos do disposto no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Concelho de 27 de abril de 2016 e demais legislação complementar, abstendo-se de qualquer uso fora deste contexto, quer em benefício próprio, quer de terceiro, independentemente dos fins, dever este que abrange a totalidade dos trabalhadores e outros colaboradores afetos ao adjudicatário.
6. O adjudicatário, obriga-se ainda, nos termos do disposto na Lei de Proteção de Dados Pessoais, a:
   a) Cumprir o disposto na legislação portuguesa em vigor sobre proteção de dados pessoais;
   b) Guardar sigilo profissional sobre a informação obtida no âmbito do contrato, nos termos do disposto na Lei de Proteção de Dados Pessoais;
   c) Adotar todas as medidas de caráter técnico e organizativo necessárias e adequadas a garantir a segurança da informação obtida no âmbito do contrato, de modo a salvaguardar a informação contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou acesso não autorizados e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito.
7. O adjudicatário é responsável perante o Município de Olhão por todos e quaisquer prejuízos que esta venha a sofrer decorrentes do incumprimento, culposo ou negligente, das obrigações assumidas na presente cláusula.

Cláusula 6.ª – Gestor de contrato

Nos termos do art.º 290-A do CCP, é designado o Sr. Luís Gomes, trabalhador do Município, na qualidade de Comandante dos Bombeiros Municipais de Olhão, como gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a gestão do mesmo.

Cláusula 7.ª – Seguros

1. É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contrato(s) de seguro dos riscos diretamente associados à prestação objeto do contrato.

2. No que respeita ao bem adquirido através da presente operação de financiamento é da responsabilidade do Município de Olhão a cobertura, através de contratos de seguro.

Cláusula 8.ª – Preço contratual

1. Pela locação financeira (leasing) do veículo objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Olhão deve pagar ao adjudicatário, a Taxa Anual de Encargos Efetiva Global (TAEG) contratada, de acordo com as rendas da proposta adjudicada, pelo período contratual de 60 meses, bem como o valor residual correspondente ao máximo de 5% do valor do financiamento.
2. A presente operação de financiamento deverá ser indexada à Taxa Euribor a 12 meses, na base 365, apurada em função da média aritmética simples das cotações diárias do mês anterior ao período de contagem de juros, arredondada à milésima.
3. A operação destina-se ao financiamento do montante de €199.900,00, referente ao valor previamente adjudicado no procedimento concursal para aquisição da viatura em causa através do concurso público melhor identificado no capítulo IV do presente caderno de encargos.
4. O preço das rendas mensais fixas referidas no número anterior deve incluir todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Olhão.

Cláusula 9.ª – Adiantamentos

No presente procedimento não é admitido o pagamento de adiantamentos.

Cláusula 10.ª – Condições de pagamento

1. A quantia devida pelo Município de Olhão, nos termos da cláusula anterior, é paga em prestações mensais, antecipadas e fixas, que serão liquidadas através de transferência bancária, por débito da conta do Município de Olhão em conformidade com o disposto nos art.ºs 299 a 299-B do CCP .
2. O início do contrato não pode ser efetuado antes de ser visado pelo Tribunal de Contas.
3. A recusa do Visto pelo Tribunal de Contas, desobrigará as partes contratantes de todos e quaisquer compromissos assumidos.

Cláusula 11.ª – Direitos e obrigações da entidade adjudicante

1. O pagamento do preço, nos termos previstos na cláusula anterior, é uma obrigação da entidade adjudicante, de acordo com as prestações correspondentes, nos termos da proposta adjudicada.
2. Caso se verifique incumprimento ou cumprimento defeituoso do contrato por parte do adjudicatário será notificado do facto o próprio ou seu representante.
3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o adjudicante reserva-se o direito de exigir do adjudicatário alterações, no todo ou em parte, daquilo que for prestado indevidamente e não esteja de acordo com as cláusulas contratuais.
4. É direito da entidade adjudicante comunicar ao representante do adjudicatário toda a anomalia verificada na prestação, objeto do procedimento.

Capítulo III – DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

Cláusula 12.ª – Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Olhão pode, a título sancionatório, resolver o contrato e aplicar ao adjudicatário sanções de natureza pecuniária, cujo montante acumulado não pode exceder 20% do preço contratual, excluindo os juros, a fixar em função da gravidade do incumprimento.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

3. Atingindo o limite das sanções pecuniárias, se o Município decidir não proceder à resolução do contrato, se daí resultar dano grave para o interesse público, poderá elevar para 30% o limite das penalidades.
4. O Município de Olhão pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Olhão exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 13.ª – Força maior

1. Não serão impostas penalidades ao adjudicatário, nem será tido como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que não resultem de falta ou negligência, e que não possam ser conhecidas ou previstas à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
3. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 14.ª – Extinção e Resolução do contrato

1. São causas de extinção do contrato, para efeitos do CCP: o cumprimento; a impossibilidade definitiva e todas as restantes causas de extinção das obrigações reconhecidas pelo direito civil; a revogação por mútuo acordo das partes; e a resolução, por via de decisão judicial ou arbitral ou por decisão do Município de Olhão, devido a situações de grave violação das obrigações assumidas pelo adjudicatário ou com fundamento na alteração anormal e imprevisível das circunstâncias que afetem gravemente os princípios de boa-fé ou do interesse público.
2. O incumprimento dos deveres resultantes do contrato, por uma das partes, confere à outra parte o direito de resolver o contrato, a título sancionatório, nos termos do regime substantivo dos contratos administrativos previsto nos artigos 332 a 335 do CCP, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
3. No caso de violação grave ou reiterada de qualquer das obrigações que incumbem ao adjudicatário, nomeadamente nos casos previstos no art.º 333 do CCP, o Município pode resolver o contrato, a título sancionatório, mediante o envio de documento escrito ao mesmo, designadamente nos seguintes casos:
   a) Pelo atraso, total ou parcial, na realização do serviço financeiro objeto do contrato superior a 60 (sessenta) dias ou declaração escrita do adjudicatário de que o atraso em determinada prestação excederá esse prazo;
   b) Quando não seja corrigida, de forma aceitável para o Município, a situação que tenha levado à aplicação da penalidade e nos termos da notificação desta;
   c) Haja dissolução ou falência do adjudicatário.
4. Pode ainda o Município resolver o contrato com fundamento em razões de interesse público, devidamente fundamentado, ou com fundamento na alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, sem prejuízo do pagamento ao co-contratante de justa indemnização, nos termos dos art.º 334 e 335 do CCP.
5. Cabe ao co-contratante resolver o contrato em caso de violação das obrigações assumidas pelo contraente público, nos termos previstos no artº 332.

Cláusula 15.ª – Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 16.ª – Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual não é permitida salvo se, na fase de execução do contrato, for expressamente autorizada pela outra parte, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 17.ª – Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto, incluindo endereço eletrónico, constantes do contrato deve ser, de imediato, comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª – Contagem dos prazos

1. Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e feriados e começam a correr no dia seguinte à ocorrência do evento.
2. Caso o último dia do prazo seja sábado, domingo, feriado ou dia em que os serviços da entidade adjudicante, por qualquer causa, estejam encerrados, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o primeiro dia útil seguinte.

Cláusula 19.ª – Legislação aplicável

Em tudo o que não esteja expressamente regulado neste processo, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Capítulo IV – DISPOSIÇÕES TÉCNICAS

Cláusula 20.ª – Objeto do financiamento

1. O procedimento em consideração tem por objeto o financiamento, por locação financeira (leasing), para a aquisição de um Veículo Especial para Combate a Incêndios, com plataforma escada, de acordo com os pontos mencionados na minuta de proposta do anexo I do programa do procedimento, a afetar ao Gabinete de Bombeiros e Proteção Civil de Olhão, de forma a incorporar a frota municipal.
2. A operação de locação financeira em causa respeita à aquisição do veículo melhor identificado nos pontos seguintes, aquisição essa que foi precedida do devido procedimento para a seleção do fornecedor:
   - Foi lançado concurso público, com o n.º 98/2021, com o propósito de selecionar o fornecedor do veículo, através do anúncio n.º 11604/2021 publicado no Diário da República, 2.ª série n.º 177 de 10 de setembro;
   - Analisadas as propostas apresentadas, foi proferido o ato de adjudicação em 26 de outubro de 2021 pela Vice Presidente da Câmara Municipal, à proposta a que se refere o anexo I (resumo da proposta da aquisição do veículo) e II (Memória técnica da plataforma escada);
   - O fornecedor selecionado foi a Iturri, S.A., NIF A41050113, melhor identificada no anexo I do presente caderno de encargos;
   - O veículo especial para combate a incêndios, socorro e salvamento de pessoas e bens, é equipado com auto escada de 44m e braço telescópio com a plataforma instalado sobre o chassis e peso máximo de 26 toneladas, do ano de 2008 (matrícula), melhor identificado nos anexos I e II acima referidos;
   - O contrato para a aquisição do referido veículo foi celebrado em 29 de novembro de 2021, conforme documento disponibilizado no portal dos contratos públicos (base.gov.pt).

Cláusula 20.ª – Especificações Técnicas do financiamento

1. Para assegurar o pagamento do veículo a adquirir no seguimento do contrato de aquisição de bens já celebrado, o Município de Olhão e o adjudicatário celebrarão o contrato de locação financeira a que respeita o presente procedimento de concurso público, de acordo com as condições mencionadas nos números seguintes.

2. O contrato de financiamento reger-se-à pelas disposições aplicáveis aos contratos de locação financeira - leasing - nomeadamente as constantes do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, na redação atual, e os avisos e instruções do Banco de Portugal, e as condições que forem estipuladas na proposta adjudicada.
3. A instituição financeira adjudicatária compromete-se a encomendar e adquirir o veículo identificado no anexo I do caderno de encargos e na clausula anterior ao respetivo fornecedor - Iturri, S.A., pelo valor total adjudicado de €199.900,00 (cento e noventa e nove mil e novecentos euros), isento de IVA., correspondente ao valor a financiar.
4. O adjudicatário confere o mandato ao Município de Olhão, que aceita, para proceder à receção da viatura e respetivos equipamentos em seu nome, sendo que a mesma será entregue no Quartel dos Bombeiros Municipais de Olhão, sito na Av. da República, em Olhão.
5. A presente operação de financiamento deve atender às seguintes condições:
   . Pagamento mensal pelo Município de Olhão de uma renda antecipada/ indexada à Taxa Euribor a 12 meses, na base 365, apurada em função da média aritmética simples das cotações diárias do mês anterior ao período de contagem de juros, arredondada à milésima;
   . Rendas pelo prazo máximo de 60 meses,
   . Considerando um spread inferior a 1,25% e comissões inferiores a 0,75% do montante da operação, sem prejuízo de valores mais favoráveis constantes da proposta adjudicada;
6. No final do contrato é intenção do Município de Olhão que o veículo passe para a sua esfera jurídica, sendo considerado o valor residual máximo de 5%.
7. Findos os pagamentos por parte do Município e estando concluída a operação de locação financeira, por forma a finalizar o processo de financiamento, deverá o adjudicatário até ao termo do prazo máximo de 10 dias emitir a documentação necessária para a alteração do registo de propriedade do veículo a favor do Município.

Cláusula 21.ª – Preço base

O preço base para o presente procedimento é de € 238.000,00 (duzentos e trinta e oito mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor se este for legalmente devido, correspondendo ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela prestação que constitui o seu objeto, nos termos definidos pelo art.º 47 do CCP.

ANEXO I

Resumo da Proposta de aquisição do veículo

Concorrente: ITURRI, S.A., com sede na Av. Roberto Osborne, nº 5, 41007 Sevilha - Espanha, contribuinte A41050113, Inscrita no Registo Comercial de Sevilha;

Condições do fornecimento: obriga-se a fornecer o bem em conformidade com o Caderno de Encargos relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas;

Preço global de fornecimento: 199.900,00 € (Cento e Noventa e Nove Mil e Novecentos Euros), Isento de IVA;

Quantidade: 1 veículo;

Características do veículo:

- Veículo Plataforma/Escada de 44m destinado ao combate a incêndios, socorro e salvamento de pessoas e bens.

- Braço telescópico com a plataforma instalado sobre um chassis da marca IVECO modelo Trakker AD260 T45 (6x4) com três eixos e com Peso Máximo Admissível (P.M.A.) inferior a 26 Toneladas, com sistema de Plataforma Telescópica modelo BRONTO F-44 RLX.

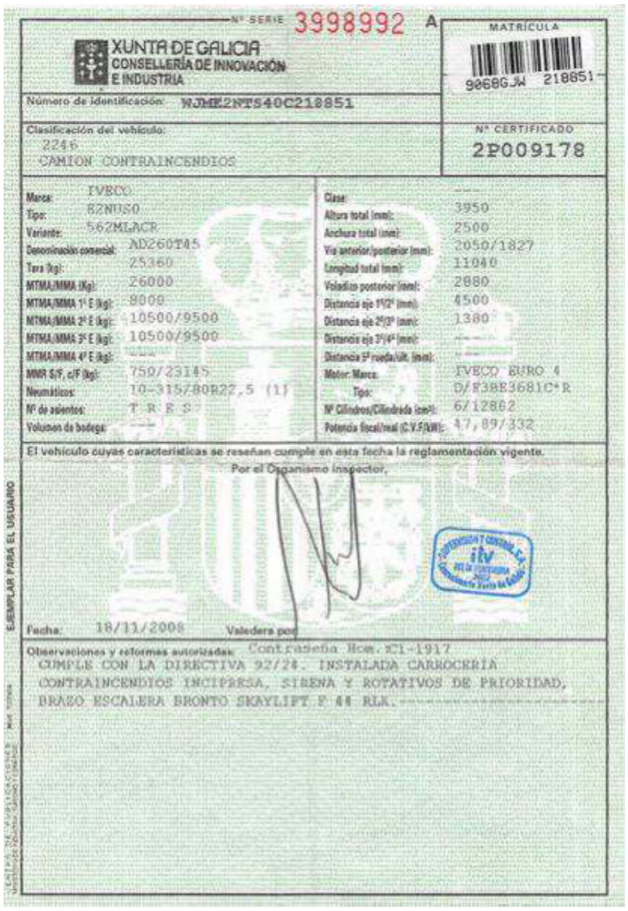
- Ano de matrícula: 2008.

Prazo de Entrega: 30 (Trinta) dias;

Condições de pagamento: 30 dias após confirmação da fatura;

Interlocutor do Contrato: João Alexandre Elias Leitão , Email: jleitao@iturri.com

Certificaado chassis:





A	9065 GJW
B	----------
H	----------
I	05-12-2008
(I.1)	05-12-2008
(I.2)	GRANADA
C.1.1	EXCMO AYUNTAMIENTO DE GRANADA
C.1.2	
C.1.3	PA CARMEN 12 18009-GRANADA GRANADA
C.4	c
D.1	IVECO
D.2	E2SOSO
D.3	AD260T45
(D.4)	PARTICULAR

E	WJME2ST5A0C218551
F.1	26000
F.2	26000
G	25435
K	C1/1917
P.1	12552
P.2	----------
P.3	GASOIL
Q	----------
S.1	003
S.2	----------

* 9 0 6 5 G J W *

* W J M E 2 N T S 4 0 C 2 1 8 5 5 1 *

GB

Anexo II

Memória técnica da plataforma escada

08793000P FRANCISCO JAVIER CORRAL (R: A41050113)
Firmado digitalmente por 08793000P FRANCISCO JAVIER CORRAL (R: A41050113)
Fecha: 2021.09.21 10:41:14 +02'00'

1. GENERALIDADES

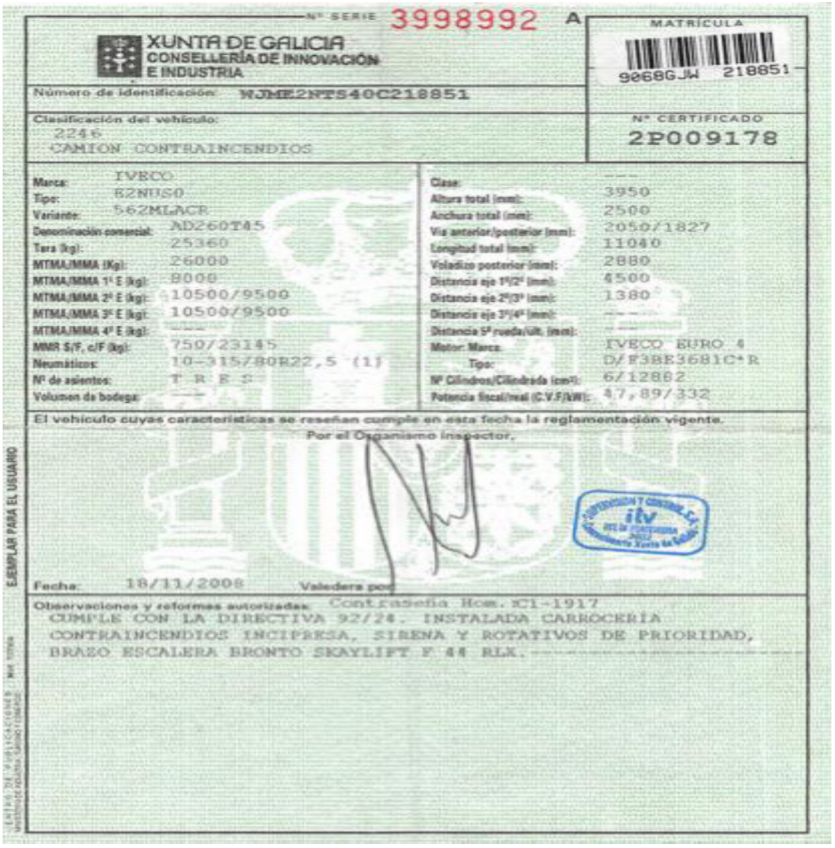


- O veículo destina-se ao combate a incêndios, socorro e salvamento de pessoas e bens, está equipado e certificado com todas as características enunciadas neste documento.
- As presentes especificações técnicas estabelecem as características técnicas que a Plataforma cumpre para prestar o combate a incêndios, salvamentos e outras operações de proteção e socorro.
- O equipamento a fornecer inclui os equipamentos, materiais e acessórios descritos no presente caderno de encargos e restantes documentos deste procedimento.
- O veículo a fornecer estará em total conformidade com as normas, diretivas europeias e nacionais vigentes, na versão indicada nesta especificação e será entregue pronta para circulação e utilização em ações de socorro.
- A viatura não é nova e já foi previamente matriculada em Espanha, tendo estado ao serviço dos Bombeiros de Granada, tem como requisitos:
    - Ano de Matrícula: 2008;
    - Chassis com: 9.805 Km;
    - Equipamento de trabalho em Altura: 1441,2 Horas de funcionamento

Foto e digitalização de documentação que comprova o cumprimento destes requisitos

INSCRITA EN EL REGISTRO MERCANTIL DE SEVILLA TOMO 350 LIBRO 185, FOLIO 49, HOJA 7378. CIF: A-41.050.113 DOMICILIO SOCIAL: AV. ROBERTO OSBORNE 5, SEVILLA.





XUNTA DE GALICIA
CONSELLERÍA DE INNOVACIÓN E INDUSTRIA

Nº SERIE 3998992 A

MATRÍCULA 9068GJW 218851

Número de identificación: WJME2NTS40C218851

Clasificación del vehículo:
2246
CAMION CONTRAINCENDIOS

Nº CERTIFICADO 2P009178

Marca:	IVECO	Clase:	-
Tipo:	62NBS0	Altura total (mm):	3950
Variante:	562MLACR	Anchura total (mm):	2500
Denominación comercial:	AD260T45	Vía anterior/posterior (mm):	2050/1827
Tara (kg):	25360	Longitud total (mm):	11040
MTMA/MMA (Kg):	26000	Voladizo posterior (mm):	2880
MTMA/MMA 1ª E (kg):	8000	Distancia eje 1º/2º (mm):	4500
MTMA/MMA 2ª E (kg):	10500/9500	Distancia eje 2º/3º (mm):	1380
MTMA/MMA 3ª E (kg):	10500/9500	Distancia eje 3º/4º (mm):	- - -
MTMA/MMA 4ª E (kg):	- - -	Distancia 5ª rueda/ult. (mm):	- - -
MMR S/F, c/F (kg):	750/23145	Motor: Marca:	IVECO BURO 4
Neumáticos:	10-315/80R22,5 (1)	Tipo:	D/F3BE3681C*R
Nº de asientos:	T R E S	Nº Cilindros/Cilindrada (cm³):	6/12882
Volumen de bodega:	- - -	Potencia fiscal/real (C.V.F/kW):	47,89/332

El vehículo cuyas características se reseñan cumple en esta fecha la reglamentación vigente.
Por el Organismo inspector,

Fecha: 18/11/2008 Valedera por:

Observaciones y reformas autorizadas: Contraseña Hom. IC1-1917
CUMPLE CON LA DIRECTIVA 92/24. INSTALADA CARROCERÍA CONTRAINCENDIOS INCIPRESA, SIRENA Y ROTATIVOS DE PRIORIDAD, BRAZO ESCALERA BRONTO SKAYLIFT F 44 RLX.

EJEMPLAR PARA EL USUARIO

- O equipamento não é novo, como se demonstra e está disponível para avaliação, numa das fábricas de Veículos do Grupo Industrial ITURRI, situada em: Carretera UTRERA-SEVILLA, KM. 0022,9 - 41710 - UTRERA (SEVILLA), podendo a inspeção técnica por técnicos da entidade adjudicante ser feita em data e hora a designar pelo prezado Júri, sendo todos os custos desta inspeção a nosso cargo.

1.1 CHASSIS

O braço telescópico com a plataforma estará instalado sobre um chassis da marca IVECO modelo Trakker AD260 T45 (6x4) com três eixos e com Peso Máximo Admissível (P.M.A.) inferior a 26 Toneladas (como se demonstra no documento anterior), com sistema de Plataforma Telescópica modelo BRONTO F-44 RLX.





1.2 MOTOR

- Motor a Diesel, EURO IV (como se demonstra no documento anterior)), de quatro tempos, injeção direta e intercooler, com potência mínima de 400 CV.
- A relação potência / peso da unidade totalmente equipada, com corpo e tripulação será de pelo menos 17 HP / Toneladas.

1.3 CAIXA DE VELOCIDADES

- A caixa de velocidades é automatizada e equipada com tomada de força com capacidade e recursos adequados para conduzir a unidade de altura e terá sistema de controlo de tração ASR.

1.4 ILUMINAÇÃO

- Toda a iluminação referente ao veículo deve estar em conformidade com o Código da Estrada vigente.

1.5 PAINEL DE INSTRUMENTOS

- Terá todos os equipamentos necessários para o controle da marcha do veículo e os necessários para a unidade de altura.
- Terá tacógrafo, conta-rotações, termómetro de circuito de refrigeração, pressão de óleo, pressão de ar de travão.

1.6 CABINA

- Cabine avançado com estrutura de aço; dobrável hidraulicamente pelo menos a 60º.
- Terá tratamento anticorrosivo.
- O veículo esta em conformidade com todos os padrões de segurança europeus aplicáveis, para facilitar o acesso ao motor e à caixa de velocidades.
- Tem capacidade para um motorista com assento regulável e dois acompanhantes, equipado com ventilação, aquecimento, sistema anti embaciamento e sistema de ar condicionado.
- Na cabine e localizados de forma confortável para o motorista, os diferentes controlos do veículo e da tomada de força e outros elementos como controlos de sirene e luzes de prioridade, luzes indicadoras de compartimento aberto, estarão também aí localizados.

1.7 DIREÇÃO

- A direção será assistida hidraulicamente e acionada mecanicamente em caso de emergência.

1.8 SUSPENSÃO

- A suspensão é assegurada por meio de molas de lâmina, amortecedores e barras estabilizadoras.

1.9 TRAVÕES

- Os travões terão, os seguintes sistemas:

a) Serviço: Circuito duplo independente, com ajuste automático e válvula sensível à carga;
b) Emergência e estacionamento;
c) Motor;
d) Sistema ABS.

1.10 RODAS

- Rodado simples no eixo dianteiro e duplo no eixo traseiro;
- Uma roda sobressalente do mesmo tipo será entregue devidamente suportada e o seu peso é considerado no estudo de carga atrás referido.

1.11 INSTALAÇÃO ELÉTRICA

- A instalação será de 24 volts com duas baterias de 110 Ah no mínimo e terá um alternador com capacidade mínima de 70 A;
- Farol principal é regulável, localizado na frente do veículo com articulação para virar e conexão elétrica na parte traseira do veículo;
- Faróis de led strobs azuis, localizados no teto da cabine;
- Iluminação automática dos cofres laterais com indicação na cabine;
- Sirene eletrónica de três tons, com sistema de altifalante e sistema de endereçamento e controlos dentro da cabine;
- Lanternas de grade dianteira e traseira;
- A iluminação obedecerá ao estabelecido no Código da Estrada e demais legislação aplicável em vigor.

2- CARROÇARIA

- A carroçaria será constituída por uma estrutura de perfis de alumínio forrados com chapa do mesmo material;
- Terá armários com o maior volume possível em ambos os lados, sendo estes compartimentos forrados com chapa de alumínio nervurada e fechados por cortinas offset;
- A parte superior da carroçaria será uma plataforma, cujo acesso será feito por escadas localizadas em cada lado e será revestida com alumínio antiderrapante resistente ao desgaste;
- Contará também com os registos e pontos de inspeção necessários que serão localizados de forma a facilitar a manutenção da unidade.

3- UNIDADE DE ALTURA

Terá as seguintes características:

- Altura de trabalho: **44 metros**
- Alcance horizontal com carga total com suportes estendidos de um lado e mantida por pelo menos uma trajetória vertical de 8 metros: **22 metros**
- Alcance abaixo do nível 0 em carga total com suportes estendidos por um lado e mantida por pelo menos uma trajetória vertical de 8 metros: **7 metros**
- Largura máxima de estabilização (toda estendida): **6 metros**
- Capacidade de carga no cesto: **500 kg**



3.1 SISTEMA DE ALTURA

- A unidade de altura tem dois lanços;
- O principal que está equipado com secções telescópicas e o de abordagem que também será telescópico;
- As articulações estão disponíveis no conjunto de lanços;
  Um ficará localizado na base giratória com capacidade de levantamento mínima de 84º e o segundo na extremidade do braço telescópico com capacidade de rotação de 180º aproximadamente;
- A sua construção é de forma a permitir trabalhar mesmo com ventos de velocidades superiores a 40 km/h;
- O levantamento e o abaixamento do braço principal é feito por meio de dois cilindros hidráulicos com sistemas de segurança individuais e cada um deles capaz de movimentar a carga total em caso de falha do outro;
- Para atingir a máxima resistência, duração e flexão mínima, as secções do braço são feitas de aço de alta resistência;
- Os fatores de segurança necessários estão ajustados ao que é exigido em padrões reconhecidos internacionalmente.
- Todas as secções telescópicas movem-se de forma sincronizada, de modo que não haja solavancos intermediários durante a operação de estender / retrair e nem alterações descontroladas na velocidade de trabalho;
- Todas as secções estão equipadas com guias ajustáveis para proporcionar suavidade e precisão nos movimentos;

- Os lanços estão protegidos e pintados tanto interna quanto externamente para garantir boa resistência à corrosão.



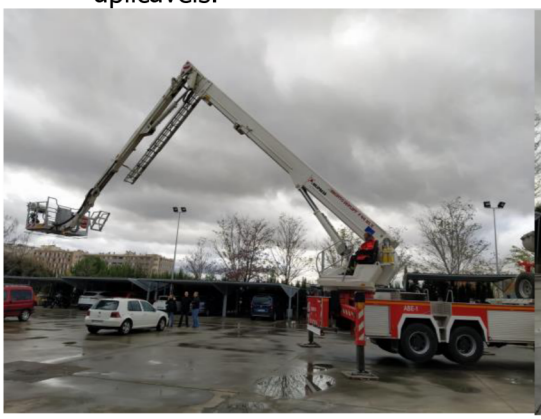
3.2. SUPORTES DE ESTABILIZAÇÃO

- Os estabilizadores serão quatro e do tipo H.

Tanto o dianteiro quanto o traseiro, terão uma secção horizontal e outra vertical, convenientemente protegidas por uma tampa de proteção contra choques;

- A unidade tem um sistema de estabilização variável que permite trabalhar em ruas estreitas onde as secções horizontais de qualquer uns dos apoios não possam ser totalmente implantados;
- O painel de controlo do estabilizador está localizado na parte central da parte traseira da unidade;
- O correto nivelamento pode ser feito de duas formas, sendo um manual e outra por sistema automático equipado com controlo remoto, cujo funcionamento e possibilidades está completamente descrito no manual de operação do equipamento.
- A extensão variável dos estabilizadores pode ser realizada de duas formas, sendo um manual e outra por meio de sistema automático que permite conhecer em tempo real o campo de trabalho resultante em função da carga no cesto e do grau de desdobramento dos estabilizadores;
- Este sistema tem dois displays (localizados na cesta e base giratória) com indicações precisas de cores nos alcances laterais e frontais máximos, indicador de carga e falha na cesta, a base giratória e o painel de controlo do suporte;

- O sistema automático tem todos os seus componentes principais duplicados para maior segurança e cumprirá todas as normas e diretivas europeias aplicáveis.




3.3. ESCADAS

- Na lateral e presas aos braços, existe um conjunto de escadas telescópicas com corrimão, feitas de material resistente à corrosão;
- A escada consiste de tantas secções telescópicas quantas são as secções fixas e telescópicas do braço;
- A secção final tem um corrimão dobrável para permitir a ligação da unidade até à posição de transporte;
- No painel de controlo tem uma indicação da coincidência de degraus que indica o correto desdobramento da escada;
- As dimensões de cada lanço, bem como as características construtivas da escada adequadas à quantidade de pessoas que nela podem permanecer simultaneamente.
- O seu desenho permite formar um percurso de salvamento contínuo sem obstáculos, sendo certificada a sua conformidade com todos os requisitos especificados na norma europeia EN 1777 para escadas de utilização em salvamento.

3.4. CESTO DE TRABALHO

- Está suspenso na extremidade do segundo braço num ponto que permita o mais alto grau de segurança natural;
- Terá uma capacidade de carga de 500 kg;
- Terá duas portas de acesso: Um frontal para realização de tarefas de resgate e salvamento, equipada com plataforma rebatível e a segunda será para acesso a partir da plataforma de base na posição de transporte. Também terá acesso do cesto à escada de resgate;

- O cesto ficará nivelado constante e automaticamente. A sua superfície mínima será de 2,5 m² e contará com estrado frontal rebatível que facilita o acesso a janelas, varandas e terraços;
- Está equipado com sistema que permite cortina de água para proteger os ocupantes do calor radiante;
- Conta também com sistema permanente de prevenção de colisões acidentais que dispensam manutenção;
- Tem sistema de intercomunicação com base tipo "viva-voz" integrada no próprio painel de controlo;
- Conta com um controlo que permitirá que o cesto gire um total de 90º em torno de seu eixo para ajustar seu correto posicionamento em frente ao ponto de trabalho. Esta rotação pode ser feita tanto a partir do cesto quanto do painel da base giratória.



3.5. MONITOR/CANHÃO DE ÁGUA / ESPUMA

- É colocado de forma que não retire espaço no cesto de trabalho; O seu acionamento é por meio de um controlo remoto electro-hidráulico integrado

nos dois painéis de controlo, permitindo variar o tipo de descarga (chuveiro / jato), a rotação e a inclinação tanto do cesto como da base giratória;
- Permite uma descarga superior a 3.000 lpm;
- Regulação automática de alcance, sendo este de pelo menos 60 metros;
- A inclinação da descarga e sua rotação horizontal podem ser variadas no total em pelo menos 100º.

3.6. INSTALAÇÃO DE ÁGUA

- A unidade está equipada com uma instalação fixa de tubo telescópico de aço inoxidável que permite a sua utilização com todos os tipos de espumas e águas com o diâmetro adequado para as descargas máximas do monitor oferecido e equipado com todos os acessórios necessários;
- A linha ascendente tem o menor número possível de mudanças de sentido de fluxo e coincidindo com as juntas, terá secções flexíveis feitas de mangueira semirrígida com blindagem para que não haja mudanças bruscas de fluxo, direção do fluxo de água e perdas de pressão;
- A alimentação é realizada através de tomadas localizadas em ambos os lados da unidade;
- Tem válvula de alívio para eventual excesso de pressão. A pressão máxima do circuito será indicada.

3.7 TOMADA ELÉTRICA

- No cesto existirão duas tomadas elétricas, uma delas de 220 V e outra de 24 V;
- Um elemento de medição da velocidade do vento será instalado com uma leitura no painel de controlo;
- Quando a unidade de altura é ligada, luzes de advertência amarelas intermitentes localizadas em cada um dos quatro suportes e sob o cesto de trabalho acendem-se.

3.8 SISTEMA DE AR RESPIRÁVEL

- A unidade tem sistema para ar respirável no cesto de trabalho, o que permitirá trabalhar sem o uso de equipamento respiratório convencional nas costas.

3.9 ESTAÇÕES DE CONTROLE E MANOBRA

- Tem duas, sendo uma localizada na base giratória e outra no cesto;

- Estão equipadas com os controlos e instrumentos de controlo necessários para operar o dispositivo e o layout é ergonómicamente correto para o uso confortável por uma pessoa. Os dois painéis terão os mesmos comandos e controlos;
- No posto de comando da base rotativa, tem, além dos indicados, o comando necessário para o controlo total do aparelho, com prioridade ou cancelamento se necessário, dos comandos do cesto.
- Além disso, tem um painel portátil para gestão de trabalho do aparelho e do monitor por controlo remoto via rádio.

3.10 COMANDO DE OPERAÇÕES

- Os comandos são electro-hidráulicos e individuais para cada movimento, podendo funcionar simultaneamente sem redução de velocidade;
- A velocidade de cada movimento é proporcional à inclinação dos controlos;
- Tem acelerador automático e pode utilizar pelo menos duas velocidades de trabalho para utilizações alternativas que estão claramente especificadas no manual de operações do equipamento.
- A força hidráulica para o funcionamento de toda a unidade é fornecida por uma única bomba hidráulica dupla de deslocamento variável e pressão compensada, acionada pela respetiva tomada de força do veículo;
- O tanque de óleo hidráulico está adequadamente tratado contra corrosão;
- O motor da unidade permanece em marcha lenta enquanto nenhum controlo for operado.

3.11 DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA

Os dispositivos de sistemas de segurança que a unidade de altura possui são:

- Paragem automática ao final de qualquer movimento, com diminuição progressiva da velocidade.
- Impossibilidade de iniciar o levantamento sem os estabilizadores devidamente encaixados.
- Dobrar o aparelho localizado em altura. Tem pelo menos um sistema manual para dobrar e reiniciar o aparelho.
- Segurança em cilindros hidráulicos. Todos os cilindros hidráulicos tem válvulas de retenção pilotadas que garantem sua não entrada ou saída, por falha ou rotura dos circuitos, ou qualquer movimento desnecessário.
- Os cilindros de levantamento da lança serão no mínimo dois, com sistemas de segurança individuais e cada um deles capaz de movimentar a carga total em caso de falha do outro.
- Aviso de sobrecarga do cesto.



3.12 DIMENSÕES MÁXIMAS

- A unidade com carroçaria e na posição de transporte terá as seguintes características:
  - Comprimento: 11.040 mm
  - Distância entre 1º e 2º Eixo: 4.500 mm
  - Distância entre 2º e 3º Eixo: 1.380 mm
  - Largura: 2.500 mm
  - Altura: 3.950 mm
- Peso máximo total: 26.000 kg.

Todos os valores estão de acordo com documento de livrete de veículo, que está na página 2 desta memória técnica.

4- ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

- Além das luzes exigidas pelo atual Código da Estrada e demais legislação vigente aplicável, este veículo, dada a sua função especial, será equipado com os seguintes elementos complementares.
- Um farol ajustável localizado na frente do veículo com articulação para virar e conexão elétrica na parte traseira do veículo.
- Faróis de led strobs azuis, localizados no teto da cabine.
- Iluminação dos cofres laterais e da cabine dos ocupantes.
- Sirene multi-tons eletrónica.

- Luz de trabalho no cesto de trabalho
- Indicadores luminosos em cada um dos suportes e sob o cesto de trabalho.
- O fecho das persianas terá indicador na cabine.

5- CORES E CARACTERIZAÇÃO

- A cor do veículo é vermelha;
- A caraterização e identificação do veículo será feita de acordo com as instruções do gestor do contrato.

6- PLANO DE FORMAÇÃO

- A formação será agendada com a entrega da viatura, sendo os formandos indicados pela Município nesse momento, pelo gestor do contrato, de acordo com as equipas operacionais, sendo previsto a formação para cerca de 15 Bombeiros.
- A formação terá lugar até ao máximo de duas (2) semanas após a entrega do veículo e validação desta entrega após inspeção da viatura pelos técnicos municipais.
- A formação terá uma duração entre 20 horas e 30 horas, podendo ser desdobrada em duas (2) equipas consoante a disponibilidade dos operacionais que a vão frequentar e também de forma a salvaguardar o distanciamento e segurança do pessoal.
- A formação será ministrada por técnicos especializados em unidade de altura e incluir os seguintes tópicos:
    - Operação e cuidados de manutenção corretiva na ótica do utilizador;
    - Operação e cuidados na ótica do utilizador no que respeita à Plataforma/Escada;
    - Aperfeiçoamento e explicação abrangente de todos os dispositivos e tecnologias existentes no veículo, de modo que o motorista/ operador possa utilizar corretamente todos os equipamentos do mesmo em segurança, assim como operações de manutenção.
- A formação deverá ser constituída por componente teórica e prática, com a seguinte abordagem:
    - Componente Teórica:
        - Análise do manual técnico da viatura;
        - Análise de dúvidas;
        - Apresentação e esclarecimento das regras de segurança;
        - Análise e interpretação dos conceitos básicos de fundamento e manutenção diária pelo operador;
        - Esclarecimento do funcionamento técnico dos componentes do equipamento.
    - Componente Prática:
        - Formação dos operadores e motoristas do veículo;
        - Realização de trabalho / exercícios práticos com o equipamento.

7- GARANTIA

- Garantia do equipamento fornecido, sem qualquer contrapartida para a entidade adjudicante, a contar da data da sua receção, no mínimo pelo prazo de garantia legalmente estipulado (24 meses).

8- MANUAIS

- Com a entrega do veículo serão entregues os manuais de Funcionamento e Manutenção do equipamento que é composto pelos documentos seguintes:
  - Descrições e Instruções Gerais de Uso
  - Manual de Operação
  - Manual de Operação Emergência
  - Manual de Controlo e Movimentos

De forma a dar cumprimento aos requisitos do Programa de Procedimento, junto anexamos uma reprodução do Manual de Operação em documento anexo.